

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E PESQUISA PARTICIPANTE: ALTERNATIVAS A FORMAS E CONTEÚDOS CLÁSSICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA*

SYLVIA CONSTANT VERGARA**

1. Introdução; 2. Cidadania e poder; 3. Movimentos sociais urbanos; 4. Pesquisa participante; 5. À guisa de conclusão.

A lógica do poder e a construção da cidadania. Análise da contribuição dos movimentos sociais urbanos e da pesquisa participante como alternativas aos partidos políticos e à pesquisa de orientação positiva. Constatação das limitações e das consideráveis possibilidades de contribuição dos movimentos sociais urbanos e da pesquisa participante para a construção da cidadania.

1. *Introdução*

É comum afirmar-se que às escolas, especialmente às de 1.º grau, cabe a realização de processos conducentes à construção da cidadania. Ainda que não se possa deixar de considerar a relevância da educação como instrumentação fundamental ao exercício da cidadania, o ponto de vista aqui defendido é que: a) educação não pode tudo, tem também seus limites; b) cidadania constrói-se em múltiplos espaços: no lar, na organização laboral, na rua, nas organizações comunitárias, nas associações de várias espécies. E de muitos modos, no cerne dos quais a participação deve estar presente.

Este artigo objetiva analisar dois desses modos: os movimentos sociais urbanos e a pesquisa participante. A escolha não é gratuita. Na época em que vivemos, de tanta insatisfação, se não é preciso praticar-se a iconoclastia, é preciso haver formas e conteúdos que se contraponham aos velhos deuses, como alternativas. Se queremos uma sociedade democrática, as opções são relevantes na medida em que revelam pluralismo e a possibilidade de escolha.

Para a análise dos movimentos sociais urbanos e da pesquisa participante, contida nas seções 3 e 4, respectivamente, procura-se, na primeira seção, apresentar algumas reflexões sobre questões de poder, Estado, sociedade civil e suas implicações na construção da cidadania. A última seção destina-se a sintetizar, à guisa de conclusão, o contido no corpo do trabalho.

* Artigo elaborado em julho de 1987.

** Professora adjunta na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas. (Endereço da autora: Praia de Botafogo, 190/418.1 — 22.253 — Rio de Janeiro, RJ.)

2. Cidadania e poder

Nesta seção são apresentadas algumas reflexões sobre cidadania, poder, poder do Estado, poder da sociedade civil, exercício da cidadania, bem como relacionamentos alguns sinais de mudança na arena política brasileira.

2.1 Cidadania

Entende-se por cidadania a condição dos membros de uma sociedade de ter deveres e direitos. Seu sentido é amplo, não estando adstrito a regulamentações de ordem técnica; engloba, portanto, questões morais na relação Estado-sociedade, diferentes grupos da sociedade e diferentes indivíduos. Sua lógica é qualitativa, sua arena é política, entendida esta como o espaço das relações sociais, como o espaço do poder.

Do ponto de vista do poder estatal, a cidadania é concedida via atos normativos que definem as obrigações e as expectativas do Estado em relação aos membros da sociedade. Tais obrigações e expectativas — “neutras” — não discriminam sexo, idade, cor, posição social, credo religioso, preferência partidária. Todos têm direito à educação, à saúde, ao trabalho, à defesa, à representatividade, à moradia, ao acesso aos bens produzidos e aos bens coletivos. Todos têm o dever de pagar impostos, ter o senso de proporção nas demandas sociais, respeitar as leis, ter um comportamento socialmente aceito.

Do ponto de vista da realidade cotidiana, o caso brasileiro revela, entre outras coisas, que a cidadania é magia que faz os atos normativos se transformarem em um bloco de deveres para muitos e um bloco de direitos para poucos. Mais do que isso. Faz a anomia de si própria, porque cidadania não imbricada à democracia não é cidadania; é pseudo-cidadania, imbricada à desordem social.

Por desordem social entenda-se o impasse gerado por interesses conflitantes, seja no seio do governo, entre governo e governadores. Entendam-se reivindicações do impossível e a ação de golpear, não moderada pela possibilidade de ser golpeado. Entenda-se o confronto irracional e a baderna.

Mas por desordem social entenda-se também um sistema produtivo altamente concentrador de renda; uma política educacional que alimenta e é alimentada por essa concentração de renda; uma organização partidária cujo compromisso social esmaece diante dos múltiplos interesses particulares de seus membros: um serviço público marcado pelo favoritismo e pela corrupção; organizações representativas que ora se movem entre ideologias radicais, ora se deixam cooptar pelos grupos de interesse. Entenda-se a manipulação, a criação de condições que embruteçam a consciência da opressão, a supressão do direito de organização da sociedade em defesa do seu espaço. Por desordem social entenda-se a fome, a miséria, a insatisfação moralmente justificada, a humilhação, a repressão, a exclusão. Entenda-se a pobreza política de que fala Demo.¹

O Brasil tem experimentado a magia da cidadania ou a pseudocidadania. No entanto, a verdadeira cidadania pode e deve ser conquistada, pela sua construção

¹ Para Demo, pobreza política é a privação da cidadania e “se retrata, entre outras coisas, na dificuldade de formação de um povo capaz de decidir seu próprio destino e na dificuldade de institucionalização da democracia”. (Ver Demo, Pedro. *Pobreza sócio-econômica e política*. Florianópolis, Editora da Universidade Federal, 1980; e ———. *Pobreza política*. s.d. mimeogr. p. 1-2.)

a nível da qualidade política em sua imagem positiva.² Tal construção pressupõe o entendimento de que a ordem social não é um dado pronto, acabado; antes, um processo em que idéias, valores, utopias são configurados e questionados, abandonados e retomados, sustentados e reformulados, em um movimento que faz a história. É um processo angustiante, tenso, penoso às vezes, tranqüilo, equilibrado, agradável outras vezes, mas sempre processo, e envolve cognição, sentimento, amadurecimento, vivência, saber, sabedoria. Envolve poder e suas múltiplas implicações.

2.2 Poder

Poder é força, onde a vontade tem capacidade de provocar os efeitos desejados, o que não significa, necessariamente, a posse e o uso de meios violentos de coerção, mas de meios que permitam influenciar, intencionalmente, o comportamento alheio. Poder é estrutural, existe em qualquer sociedade, e é mesmo inevitável para obstar a anarquia. Mas não está referido somente ao Estado, que impõe uma certa ordem social; antes, à prática cotidiana das relações sociais.

Não há dominantes sem dominados, líderes sem liderados; não há poder sem a presença de alguém sobre o qual ele seja exercido. Esta questão coloca, desde já, “quem exerce” e “sobre quem é exercido” como partes de um mesmo fenômeno, de um campo de forças que se demandam, pois uma não existe sem a outra. Mas no cerne do poder está a desigualdade, daí que tais forças também se repelem. Eis aí a dialética do poder.

O poder é exercido por pessoas, individualmente ou em grupos, e, quando institucionalizado, confere a elas autoridade legal. Revestido ou não de tal autoridade, o poder pode provocar abusos e, neste caso, têm-se perdas ponderáveis para a cidadania.

No campo de forças do poder, quem o exerce quer mantê-lo (é preciso não perder os privilégios), mas a mudança é desejada por aqueles sobre os quais ele é exercido. O desejo de mudança, no entanto, pode ter, pelo menos, dois vetores: a) a melhor distribuição do poder; por exemplo, a participação nas tomadas de decisão que dizem respeito a muitos; b) a virada da moeda, vale dizer, os que estão por baixo ficarem por cima e, desta forma, exercerem o poder, por sua vez. O primeiro caso reflete uma consciência política, que é o fundamento mesmo da cidadania. O segundo, a própria lógica do fenômeno do poder. Em um caso ou em outro a mudança é provocada pelos de baixo, ostensiva ou sub-repticiamente, por revoltas ou por pressões, por desnudamento ou por sinais.

O poder se apresenta em esferas que, no seu conjunto, formam uma rede, espalhando-se por toda a sociedade.

2.3 O poder do Estado

Embora o Estado seja necessário, a questão que se coloca é sua qualidade, vale dizer, até que ponto representa os anseios, as expectativas, as motivações, a

² “Qualidade política” é a expressão usada por Demo para designar o que “trata dos conteúdos da vida humana” e cuja perfeição é a arte de viver. (Ver Demo, Pedro. *Pobreza política*. op. cit. p. 25; e ————. *Avaliação qualitativa — um ensaio introdutório*. Brasília, Ipea/Iplan/CPR, 1985. p. 5.)

vontade da sociedade civil, e a ela serve. Ora, nossa sociedade contemporânea tem sido marcada por uma crescente intervenção do Estado em diferentes esferas de poder: social, econômica, política, científica, tecnológica, de comunicação social. E também por uma crescente intervenção do Estado nas opções éticas de cada indivíduo em sua vida particular. Veja-se, por exemplo, as discussões em torno da lei do aborto. Essas intervenções nem sempre respondem à vontade da sociedade civil.

O Leviatã hobbesiano pode apresentar-se em sua forma socialista ou capitalista, ainda que as configurações dessas formas não sejam, realmente, nítidas.

Na forma socialista pode ter-se resolvido o problema de atendimento às necessidades básicas dos indivíduos, mas a sociedade civil, geralmente, não tem voz nem voto e as decisões são tomadas pelo Estado, mais precisamente, pelo único partido existente. Na forma capitalista o Estado age, ainda, fazendo das forças “livres” do mercado um engodo. Polanyi, bem como a literatura de crítica ao capitalismo, avançam nesse esclarecimento.³

Há países capitalistas com ponderável justiça social, como o Japão, e países socialistas buscando a acumulação de capital, como a China e a União Soviética. Esta situação coloca, desde logo, o capitalismo e o socialismo como formas de governo que estão desradicalizando-se de seus pressupostos iniciais e talvez encaminhado-se para um ponto de convergência. Observe-se que o capitalismo julgava que a acumulação acabaria por escoar a renda das classes economicamente mais favorecidas para as classes mais pobres. No entanto, até países como os Estados Unidos apresentam grandes bolsões de pobreza. O socialismo, por seu turno, alimentava-se da crença na ditadura do proletariado. Todavia, tal não se deu nem mesmo em países como a União Soviética, com sua Nomenklatura,⁴ ou a Iugoslávia, com seu modelo de autogestão. Por outro lado, várias das recomendações de Marx e Engels para a consolidação da sociedade comunista, expressas no *Manifesto do Partido Comunista*, podem ser observadas em sociedades capitalistas: “pesados impostos progressivos, centralização do crédito e da organização dos transportes nas mãos do Estado, educação pública gratuita de todas as crianças”.⁵

Há desigualdades sociais no capitalismo e no socialismo, embora Jorge Sprun, escritor comunista, afirme sua surpresa em perceber que os avanços sociais têm ocorrido mais rapidamente nas sociedades capitalistas, pela absorção da idéia de um liberalismo mais humano. Até para sobreviver. Para a cidadania a questão se desloca, portanto, da discussão capitalismo *versus* socialismo, para a discussão democracia *versus* não-democracia. Em outras palavras, desloca-se para o fenômeno do poder, o qual, como afirma Demo, não tem, em si, vocação democrática.⁶

³ Ver Polanyi, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980. O autor defende a tese de que a ordem social que se associa a uma economia de mercado não teve surgimento espontâneo, mas foi fruto (e é) de uma ação conduzida pelo Estado e pelos interesses da época, para favorecer a industrialização. Daí, aponta para os vícios decorrentes da fé no funcionamento do livre mercado.

⁴ Termo pelo qual é designada a burocracia privilegiada da URSS.

⁵ Ver Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Editora Avante, 1975. p. 84-5.

⁶ Ver Demo, Pedro. *Participação é conquista — noções de política social participativa*. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 1986. p. 28.

Em nossa sociedade contemporânea, cresce o poder do Estado. Mas o Leviatã não é, necessariamente, uma instância desveladamente repressiva; antes, de controle envolvente, como nota Foucault, lembrado por Lebrun.⁷ É mais manipulador, disciplinador, preventivo, do que dominador, punidor. Se repressivo, tenta escamotear. Tem artimanhas, que são as suas estratégias: regras complicadas, para não serem entendidas e não serem questionadas; objetivos ambíguos, para não serem cobrados; organização sistemática, para facilitar o controle social; linguagem técnica, para promover a dependência dos assistidos. O Estado amolece as vontades, pelo seu direcionamento. Não necessariamente tiraniza, mas embota, restringe e arrefece pensamentos e ações. E até faz concessões, porque os supostos ganhos serão maiores. Perde os anéis, mas não perde os dedos.

2.4 O poder da sociedade civil

Com Demo, há de se considerar ser difícil estabelecer as fronteiras entre Estado e sociedade civil.⁸ Ambos são compostos de pessoas que estão numa instância, mas também na outra. Enquanto profissional, por exemplo, o chefe da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços é agente do Estado; enquanto pai de família, é membro da sociedade civil. Apesar da dificuldade no estabelecimento das fronteiras, pode-se afirmar que o poder do estado é diferente do poder da sociedade civil. O Estado se atribui maior amplitude de controle e dos meios de se fazer obedecido. Mas a sociedade civil pode contestar, pressionar, cobrar, exercer o seu ireito de cidadania, abrir fissuras como se fora uma cunha e provocar mudanças no poder do Estado. Para tais mudanças a organização, embora não seja suficiente, é necessária. Não é suficiente porque, a não ser em casos de rupturas institucionais, precisa do respaldo legal advindo do poder constituído, seja na instância do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. A Comuna de Paris que, em 1870, obrigou a retirada do governo francês para Versailles e instituiu uma forma de governo participativo constituído pela classe trabalhadora e que durou dez meses, embora extremamente relevante para a história da humanidade, pelas reflexões posteriores que ensejou, talvez tenha sido a realização fugaz de uma utopia. Mas se a organização não é suficiente, é necessária, porque será muito difícil a um indivíduo, isoladamente, obter o respaldo legal/social para questões sociais.

A organização da sociedade civil pode ser mais flexível, como no caso das "Diretas, já!", ou mais estruturada, como no caso dos sindicatos, das comunidades de base, das associações de moradores. Pode também ser mais ampla ou mais restrita, em ambos os casos.

Geralmente parte de minorias que tanto podem expressar, legitimamente, os anseios de segmentos da sociedade civil, quanto podem usar tais segmentos como massa de manobra para seus interesses particulares.⁹ A maioria, por sua vez, não se engaja nos movimentos, seja por alienação, descaso, jogo de interesses particulares, resistência ou outro qualquer motivo ou motivos combinados, deixando de exercer sua cidadania.

⁷ Lebrun cita as obras de Michel Foucault: *Vigiar e punir, e A vontade de saber*. Ver Gérard Lebrun. *O que é poder*, São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1984. p. 85.

⁸ Ver Demo, Pedro. *Pobreza política*. op. cit. p. 39.

⁹ Sobre a representatividade dos sindicatos e sua condição ambígua, ver Vergara, Sylvia Constant. Questões trabalhistas: da competência legal ao compromisso social. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 20(1):78-91, jan./mar. 1986.

2.5 O exercício da cidadania

A cidadania não é um dado pronto; ela é construída: na família, na escola, na organização laboral, na igreja, nos partidos políticos, no clube, nas associações de bairro, na rua. É um processo de aprendizagem, que tem sido difícil entre os brasileiros.

Sem pretender esgotar todas as causas, pode-se dizer que a dificuldade tem sido forjada num campo político em que um Executivo forte e centralizador retira das bases a discussão dos problemas que as afetam diretamente. Pode-se dizer que ela tem sido forjada por governos populistas que cooptam as massas via políticas assistencialistas (o Estado é o grande pai, solucionador dos problemas). E não faltam os governos desnudadamente autoritários e repressivos, que censuram a informação e obstam reflexões e críticas acerca de suas decisões. A dificuldade tem sido forjada por uma política de administração pública que, respaldada na "neutralidade" científica, defende o distanciamento entre os que planejam e os que executam, os que decidem e os que implementam. Não faltam também as organizações partidárias clientelistas que, servindo a seus interesses particulares, falam em nome de um serviço "público". A dificuldade tem sido forjada por uma cultura de base escravocrata que esmaga, humilha, embrutece os que não são reis, nem filósofos.

Talvez não fosse exagero afirmar que, entre os brasileiros, tem-se construído a alienação, a apatia, a ignorância, o descaso com as coisas públicas, o desinteresse pelas causas sociais, o corporativismo que afronta o coletivo, e também a esperteza, pois sábio é quem procura tirar vantagem em tudo. Entre os brasileiros, tem-se construído a pobreza política.

Mas se o homem é objeto da história, é também seu sujeito, já que é dotado de razão. Não há como partilhar as idéias de Marx, segundo os quais o homem se produz historicamente nas relações entre as classes, sendo sua consciência explicada pelas contradições da vida material.¹⁰ Marx substitui o homem pela história, como possuidora de razão. E, no entanto, porque esta pertence ao homem, pode-se observar no cenário brasileiro a construção da cidadania, vale dizer, o homem fazendo a história, mesmo ainda objeto dela. Pode-se observar alguns sinais de mudança em relação à situação vigente.

2.6 Os sinais de mudança

Embora sem pretender esgotar todos os sinais de mudança na arena política da cidadania, alguns podem ser identificados. Algumas alterações têm sido levadas a efeito por concessões de poder do Estado, até para que este não perca seu espaço de dominação. Outras, contudo, têm sido exigidas pela sociedade civil. Uma e outras mudanças, no entanto, podem ser percebidas como conquistas desta última, ainda que os caminhos sejam diversos, porque, mesmo no caso de concessão, na sociedade brasileira de hoje, notadamente na urbana, lá no fundo está a pressão dos oprimidos por uma ordem democrática.

Um sinal de mudança está no primeiro projeto da futura Constituição que, na parte referente aos Fundamentos da Nação, capítulo II, afirma: "A soberania do

¹⁰ Para Marx, "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser, mas, pelo contrário, é seu ser social que lhes determina a consciência". Ver *Contribuição para a crítica da economia política*. Editorial Estampa, 1973. p. 28-9.

Brasil pertence ao povo e só pelas formas de manifestação da vontade dele, previstas nesta Constituição, é lícito assumir, organizar e exercer os Poderes” (art. 13); “a cidadania é a expressão individual da soberania do povo” (art. 16). Ainda que a letra da lei não garanta a sua aplicação; ainda que a Lei — no seu conjunto — possa expressar menos a vontade do povo e mais a de grupos de interesse, tal é o acúmulo de contradições, impropriedades e absurdos detectáveis no projeto; ainda que na lei possam ser visualizados e captados espaços de manobra; ainda que a letra da lei não passe de retórica, ainda assim não se pode deixar de reconhecer, na inclusão dos artigos acima mencionados, uma conquista da sociedade civil.

Outro sinal de mudança está na incorporação, pelas atuais administrações regionais da cidade do Rio de Janeiro, de conselhos comunitários. A proposta é abrir canais de comunicação entre governo e comunidade, na busca de soluções para os problemas que os afetam. Embora se olhe com desconfiança quando o poder do Estado conclama a sociedade civil a participar, porque tal chamamento, freqüentemente, é uma artimanha com vistas à desmobilização, não se pode negar, por outro lado, que há propostas governamentais de inequívoca qualidade política. No caso em foco, está por ser feita uma avaliação qualitativa do processo participativo, bem como dos resultados parciais porventura alcançados.

Um sinal de mudança está na maior abertura da imprensa, permitindo o acesso de diferentes segmentos sociais à informação. Ainda que se admita a seletividade do que é comunicado ao público, não se pode deixar de reconhecer que a censura — oficial e de grupos de interesse — recolheu um pouco os seus tentáculos. Nem mesmo a manipulação que pessoas do governo tentam, através de canais como o rádio e a televisão, pode apagar as mudanças que vêm sendo sentidas.

Outro sinal de mudança foi a não-reeleição, no último pleito, de dois terços dos parlamentares brasileiros, alguns dos quais até com “cadeira cativa”. A sociedade civil respondeu, nas urnas, à proposta para a redemocratização do país. Legitimou um projeto social, mais do que mandatos individuais. A falsidade do projeto e os resultados que daí advieram não anulam o esforço de aprendizagem, de engajamento, de cidadania dos eleitores brasileiros.

Sinal de mudança são alguns movimentos no meio rural, as reivindicações de classes profissionais e, certamente, as discussões políticas nos botequins.

Sinais de mudança são os crescentes movimentos sociais urbanos que, por serem, tipicamente, uma forma de organização da sociedade civil relativamente nova e, por isso mesmo, uma alternativa às tradicionais formas de organização, serão objetos de análise na seção 3.

Sinais de mudança têm sido as reivindicações populares no sentido de acesso à educação, bem como os movimentos intelectuais de crítica a uma ciência que não tem colocado o homem no cerne de suas discussões. Mais do que crítica, no entanto, formas alternativas de pesquisa científica têm surgido em um contraponto à pesquisa clássica. Pelo que tais formas representam na construção da cidadania, serão objeto de análise na seção 4.

3. *Movimentos sociais urbanos*

Este item tece algumas considerações sobre os partidos políticos, o nascimento dos movimentos sociais urbanos, a organização de tais movimentos, bem como sua eficácia na construção da cidadania.

3.1 Os partidos políticos

Em um estudo sobre a democracia partidária competitiva e o *welfare state* keynesiano, Claus Offe¹¹ traz luz a um elemento comum nas obras de Max Weber, Rosa Luxemburgo e Robert Michels. Para esses autores, o modelo de participação partidária e o que designam por barganha coletiva institucionalizada, devido à competição política, pervertem o interesse da sociedade. Segundo eles, a competição política resulta na fragilização ideológica, na desativação das bases e na erosão da identidade coletiva do partido, três fatores que contribuem para limitar a amplitude das lutas políticas. Dessa forma, Offe assevera que a forma política do partido vem sendo substituída por outras práticas e processos de participação e representação política, como os movimentos sociais.

Afirmar-se que os movimentos sociais vêm substituindo a organização partidária talvez seja uma posição um tanto radical. No entanto, parece não haver dúvida de que tais movimentos, os quais emergem da sociedade civil, vêm ocupando — ainda que de forma incipiente — espaços que os partidos não têm preenchido: os espaços destes de legítimos representantes de uma sociedade, a qual, através da representatividade, busca a participação nas decisões e ações da vida coletiva, participação esta que é a condição básica da vida humana e o fundamento da democracia.¹²

A organização de movimentos sociais e de entidades representativas de interesse específico vem, passo a passo, encarregando-se de comunicar diretamente ao poder do Estado as suas aspirações, necessidades, reivindicações. Não como um pedido de favor, mas como a exigência de um direito. Em contrapartida, os partidos políticos, teoricamente porta-vozes da sociedade civil, vêm definhando em sua missão. Movendo-se em torno do aparato do Estado, utilizam o discurso de sua representatividade menos para representar os que lhes legitimaram o poder, e mais para obter privilégios e satisfação dos interesses particulares de seus membros.

Enquanto a sociedade civil brasileira vai à rua para gritar sua vontade, seja no movimento pelas eleições diretas, seja no “sepultamento” do Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, seja na interdição da rodovia Rio-Magé, seja no protesto contra o aumento das tarifas em Goiânia,¹³ parlamentares se dedicam a barganhas para coroar mais uma vez o seu monarca, ou para repartir o “bolo” eleitoral em currais. Ao invés de instrumentos legítimos da democracia, os partidos, quase sempre, estão ensejando que se os perceba como mecanismos de desordem social. Não é à toa que, nas questões relevantes para a sociedade

¹¹ Ver Offe, Claus. A democracia partidária competitiva e o *welfare state* keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. 26(1):29-51, 1983.

¹² Sobre participação, ver Demo, Pedro. *Participação é conquista — noções de política social participativa*, op. cit.; Prestes Motta, F. C. *Controle social e autogestão — a proposta de Proudhon*. São Paulo, Brasiliense, 1981; Abranches, Sergio H. *Estado e democracia; temas e problemas para uma agenda de trabalho em estado, participação política e democracia*. CNPq/Anpocs, 1985.

¹³ São citados apenas quatro movimentos, como ilustração. O primeiro foi amplamente divulgado, dispensando, portanto, referência específica. O segundo, o terceiro e o quarto noticiados por rádio e TV, mereceram também nota no *Jornal do Brasil* de 11 abr. 1987, p. 6; revista *Veja* n.º 818, de 9/5/84, p. 86, em *O Globo*, 18 jun. 1987, p. 8, respectivamente. Inúmeros outros movimentos têm ocorrido em várias partes do Brasil e, igualmente, têm sido divulgados pela imprensa e/ou apontados na literatura.

brasileira, ao lado das siglas PMDB, PFL, PDT, PDS etc., ouça-se também falar em CNBB, CUT, MEB, Famerj, em muitas circunstâncias até com maior ênfase.

Entre os movimentos sociais, aqui são destacados os movimentos urbanos, cujo nascimento é tema controvertido.

3.2 O nascimento dos movimentos sociais urbanos

Os movimentos sociais urbanos constituem-se de pessoas que se agrupam em torno de um elemento de identidade e se manifestam via ações coletivas. Seu conteúdo básico tem-se dado ao nível da reivindicação, ao Estado, por melhores condições de vida urbana, como um direito.

Seu nascimento é tema controvertido, mas vale a pena destacar duas posições relevantes: a de Castells, um dos autores que mais se dedicaram ao estudo do fenômeno nas sociedades capitalistas, e a de Evers e outros, os quais realizaram estudos sobre a América Latina.¹⁴

A análise de Castells assenta-se no sistema produtivo, vale dizer, nas condições objetivas de existência. Para este autor, a concentração do capital e a conseqüente concentração e centralização dos meios de produção e sua gestão acabaram por concentrar a força de trabalho nas grandes metrópoles. Como resultado dessa concentração, houve uma dependência crescente do consumo individual em relação ao consumo coletivo, cujos meios — transporte, saneamento, educação, saúde — estão a cargo do Estado, via políticas sociais. Em outras palavras, a oferta de bens coletivos é realizada pelo Estado, já que de outra forma não aconteceria. A evolução das forças produtivas, por seu turno, exige, cada vez mais, qualificação da força de trabalho. Como resultado, tal evolução reforça o papel dos meios coletivos de reprodução dessa força.

Acrescentem-se ao cenário as mudanças de necessidades e expectativas dos trabalhadores, provocadas pelos meios de comunicação de massa, especialmente pela televisão, necessidades essas que acabam por alterar seu próprio consumo e por ampliar o nível de reivindicações.

Em resumo, Castells assevera que a socialização do consumo trouxe crescente mobilização reivindicatória no que se refere aos meios coletivos de consumo, por parte do que designa por classes populares. Tal mobilização é dirigida aos setores encarregados de sua gestão, especialmente a nível municipal.

Da análise de Castells pode-se depreender que, ao Estado, compete prover os meios de consumo coletivo: serviços de infra-estrutura, de saúde, lazer, construção de escolas, creches, moradias, etc. Contraditoriamente, porém, o Estado está comprometido com o processo de acumulação de capital. Resulta daí que nessa contradição entre a necessidade de fornecer os meios de reprodução da força de trabalho e a de acumular capital, o Estado responde privilegiando a segunda em detrimento da primeira. Isso explica, para muitos, por que os investimentos públicos são, prioritariamente, dirigidos aos setores ligados à produção, postergando os serviços necessários à satisfação das necessidades coletivas de consumo.

Castells explica, então, que amplos setores da sociedade realizam movimentos de articulação e união, a partir da necessidade sentida de defender um modo de

¹⁴ Ver Castells, M. *Crisis urbana y cambio social*. México, Siglo Veintiuno, 1981; Evers et alii. In: Moisés, J. A. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea Paz e Terra, 1982.

vida e um espaço típico, ameaçado, segundo ele, pela voracidade do capital e da burocracia da administração.

Evers e outros levantam duas hipóteses para a crescente expressão dos movimentos sociais urbanos na América Latina: uma, do que consideram ponto de vista econômico, e, outra, do que julgam ponto de vista político.

Do ponto de vista econômico, a América Latina é uma sociedade capitalista, mas dependente, o que traz para o processo de acumulação características diferentes das dos países centrais. Nestes, o capitalismo eliminou as formas de produção pré-capitalistas. Nos países dependentes tais formas estão preservadas, criando-se, todavia, novas formas de produção; vale dizer, os países dependentes foram industrializados já na era do capitalismo monopolista, o que os levou a incorporar tecnologia poupadora de mão-de-obra. A consequência, segundo Evers e outros, foi a geração da marginalidade urbana, pois a cidade não é capaz de absorver a mão-de-obra que chega atraída pelas expectativas que a comunicação de massa levanta. A classe trabalhadora é heterogênea, obstaculizando sua unidade, no espaço político, a nível de sindicato. Tal unidade ocorre, então, a nível de movimentos sociais, em torno de uma identidade popular.

Do ponto de vista político, a crescente expressão dos movimentos sociais urbanos se dá porque a burguesia, não sendo um bloco sem facções, carece de aliança com as classes populares que são chamadas a colaborar, não como trabalhadores com consciência de classe, mas como massa. A participação é, pois, fomentada pelo populismo que caracteriza os governos latino-americanos, e as classes populares desenvolvem processos de reivindicação, tendo o Estado como alvo.

Para Evers e outros, portanto, os movimentos sociais urbanos na América Latina surgiram, de um lado, por conta dos próprios trabalhadores que se reuniram em torno de uma identidade popular, na ausência de uma consciência de classe e, por outro lado, por conta dos governos populistas que viram, no chamamento à participação, uma forma de cooptar os trabalhadores.

Sejam quais forem os elementos desencadeadores dos movimentos sociais urbanos, no cerne deles está a reivindicação do Estado por melhores condições de vida. Resta saber se tal reivindicação se dá como uma condição de cidadania, como a exigência de um direito, ou, como afirma Lebrun, ao criticar o liberalismo, como a exigência de uma tutela a um poder "onipotente e onisciente".¹⁵ No primeiro caso, ter-se-ia a qualidade política positiva da sociedade civil; no segundo, ter-se-ia a pobreza política. A forma como os movimentos se organizam talvez traga alguma luz a essa questão.

3.3 A organização dos movimentos

Pode-se, basicamente, distinguir dois tipos de organização: emergente e planejada.

Movimentos emergentes são os que têm ação direta, instantânea, não organizada previamente, embora alguns possam ter certo planejamento de curto prazo. Surgem em situações de emergência, com um protesto abrupto. Estão nesse caso os quebra-quebra, os saques, as intervenções viárias e até as passeatas.

¹⁵ Lebrun cita Alexis de Tocqueville, quando este afirma que "a maioria considera que o governo age mal — mas todos pensam que o governo deve agir sem parar e pôr a mão em tudo". Lebrun sugere que "liberais" e "libertários" meditem sobre essas palavras de Tocqueville. Ver Lebrun, G. op. cit. p. 91-2.

A circunstância de surgirem em situações de emergência, contudo, não significa, necessariamente, que essas situações sejam desprovidas de antecedentes provocativos. Veja-se, por exemplo, a recente passeata dos aposentados pelo INPS, no Rio de Janeiro, reivindicando reajustes das pensões. Embora o “grito” tenha acontecido em um determinado momento de crise mais sentida, sem dúvida a marginalização crescente e antiga dos aposentados na distribuição dos benefícios sociais foi a provocação mesma da manifestação.

Movimentos planejados são aqueles que têm sua ação previamente organizada via organismos de representação de setores da sociedade civil. As associações de bairro são os exemplos mais conhecidos. Ainda que careçam de maior engajamento da população, haja vista que poucos associados comparecem às reuniões (também os sindicalizados, nos sindicatos, e os pais, nas escolas), possuem a identidade cultural comunitária, motivadora da participação. No Brasil tais associações têm-se reunido em organismos mais amplos para pressionar o Estado a definir e operacionalizar com mais justiça suas políticas sociais. Um bom exemplo é o caso da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) contra a política habitacional desenvolvida pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH).¹⁶

A Famerj, financeiramente independente do Estado, criou uma associação dos mutuários do BNH que, valendo-se do Poder Judiciário, representa contra o Estado, como um direito da cidadania. A política habitacional pregava, a nível de discurso, o acesso à casa própria pelos segmentos economicamente menos favorecidos da sociedade civil. No entanto, reforçou as desigualdades sociais porque, devido aos montantes e aos reajustes das prestações, aquele acesso foi possível apenas às camadas mais favorecidas. Para Nelson da Mata, presidente do BNH em 1985, “o sonho da casa própria acabou”. Só que não era um sonho, era um direito. O direito a um espaço próprio da família — que o Estado afirmara garantir —, onde as noções primeiras de cidadania são desenvolvidas. A moradia não é só um teto. É a redução do sentimento de insegurança existencial e um dos poucos pontos fixos de identidade de um grupo social.

É necessário reconhecer a relevância da Famerj no caso da política habitacional. Se não se puder atribuir a essa federação a extinção do BNH ou possíveis alterações na política de habitação, não se lhe poderá negar o papel que teve na sensibilização e mobilização da sociedade civil e nas mudanças que provocou em setores do Estado. E tudo isto, convenhamos, já é a ocupação de um espaço político.

O que o Brasil de hoje revela é que, se nas reivindicações dos movimentos emergentes talvez se possa mais nitidamente perceber a visão do Estado, pela sociedade civil, como a instância tutelar de que fala Lebrun, nas reivindicações dos movimentos planejados talvez mais claramente se perceba a visão do Estado, pela sociedade civil, como uma instância que a esta sociedade deve prestar contas de suas decisões e ações.

3.4 A eficácia dos movimentos na construção da cidadania

A eficácia política dos movimentos sociais urbanos é tema bastante polêmico. Para uns, dado que eles se dão em torno de reivindicações, muito pouco apre-

¹⁶ Ver, a respeito, Araci Machado, Silvia Porto e Sylvia Constant Vergara. *Famerj versus BNH: um estudo de caso sobre movimentos sociais urbanos*. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 19(3):2-16, jul./set., 1985.

sentam em termos de eficácia política. Para outros, já que a reivindicação é posta em termos e exigência, não de favor, a eficácia está presente. Todavia, parece sensato afirmar que eficácia não passa apenas pela questão de ser ou não reivindicação, mas pela qualidade dessa reivindicação. Assim, se nos movimentos emergentes, como os saques, talvez se possa perceber a pobreza política, nos movimentos planejados, como o da Famerj, talvez se note, já, um grupo qualitativamente organizado, aprendendo a exercer a cidadania.

Se, no Brasil, as reivindicações de base, no geral, ainda carecem de um certo grau de organização, pode-se, como Abranches, atribuir tal fato à circunstância de que “a maioria da população mobiliza a maior parte de suas energias, tempo e recursos só para sobreviver”, mas se pode atribuí-lo também às políticas assistencialistas e aos outros fatores mencionados no primeiro item deste artigo.¹⁷ No entanto, os movimentos organizados que têm surgido podem ser percebidos como oportunidades na construção da cidadania, pelo que contribuem para a formação e o desenvolvimento da consciência crítica política da sociedade, via sua sensibilização e mobilização; pelo que pressionam os setores governamentais, via muitos modos, bem como pelo esforço de aprendizagem na sua própria organização, o que, desde logo, implica direitos e deveres, vale dizer, o *ethos* mesmo da cidadania.

No contexto de pobreza política em que se dão, lutas como a da Famerj — por exemplo — na busca de participação nas decisões públicas e de obtenção de prestação de contas no Estado, como um direito, merecem ser enfatizadas. Quem sabe, em algum futuro, os “cidadãos” brasileiros possam também sentir-se responsáveis por essas decisões, como um dever.

Há de ressaltar-se, todavia, a vulnerabilidade dos movimentos. Pode ocorrer a cooptação de seus membros mais efetivos, como foi o caso de Jó Rezende, ex-presidente da Famerj e atual vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Pode haver a decomposição da reivindicação e o protelamento de sua decisão, via utilização da estrutura burocrática do Estado. Pode haver medidas compensatórias. Mas, afinal, tudo isto faz parte das artimanhas do poder estatal.

No momento, o que se pode dizer é que os movimentos sociais urbanos estão-se apresentando como alternativas de representação da sociedade civil quando os partidos políticos, supostamente seus legítimos representantes, vêm falhando em sua missão. Se tais movimentos não estão entre os direitos (e deveres) legais, cumpre ressaltar que as leis só fazem sentido na medida em que garantam aos indivíduos e grupos da sociedade a ordem verdadeiramente democrática.

Partindo das bases, mesmo que lideradas, partindo daqueles sobre os quais é exercido o poder, mesmo que entre esses haja os que se movem nos dois lados da moeda, como os intelectuais e os técnicos que lhes prestam eventuais assessorias, tratando de problemas que afetam o cotidiano das pessoas, os movimentos são alternativos a formas e conteúdos vigentes. Como a pesquisa participante, objeto de análise a seguir.

4. *Pesquisa participante*

Este item privilegia em sua análise o positivismo lógico, a crítica à ciência. As críticas às ciências sociais, o conteúdo da pesquisa participante, bem como sua relação com a cidadania.

¹⁷ Ver a entrevista concedida por Sergio Abranches ao *Jornal do Brasil* de 31 de maio 1987, p. 12.

4.1 O positivismo lógico

A pesquisa clássica tem-se orientado pelo positivismo lógico, cuja origem remonta a Saint-Simon, o qual utiliza o termo positivismo, pela primeira vez, para designar o método exato das ciências e sua extensão à filosofia.¹⁸ Na segunda metade do século XIX, Augusto Comte adota o termo para designar a corrente de pensamento que se difunde no mundo ocidental, separando filosofia e ciência, exaltando esta última e considerando que seu método deveria guiar toda a vida humana, individual e associada. Na primeira metade do século XX, o Círculo de Viena — grupo de filósofos e cientistas que se reúne na Universidade de Viena — dá nova orientação ao positivismo, conhecida como positivismo lógico ou empirismo lógico. Tal orientação deseja articular com as ciências sociais o ideal das ciências naturais.

4.2 A orientação positivista

Para o positivismo lógico, os enunciados metafísicos são destituídos de sentido, já que não são empiricamente observáveis. Ao contrário, a ciência, partindo da aceitação de um universo ordenado, sujeito a leis imutáveis, reúne os fatos observáveis, em conceitos, e unifica tais conceitos em teorias, cuja construção é o objetivo mesmo da ciência, com um sistema em si. A teoria é, então, plena de sentido, já que o conjunto de hipóteses, logicamente concatenadas, que previamente formula, é empiricamente verificável.

O positivismo exige certeza do conhecimento, o que, por sua vez, é garantido pelo embasamento empírico e pela metodologia. O quadro metodológico privilegia a observação e a experimentação — sujeitas a controle — e a verificação, que é seu instrumento de validação. A objetividade da pesquisa é considerada indispensável e fica assegurada pelos mecanismos de controle embutidos no *design* da investigação. Como os valores do investigador científico não devem interferir no processo de pesquisa, controle metodológico assegura a não-interferência, a neutralidade do pesquisador.

Ademais, há de observar-se que o pesquisador é o sujeito que trabalha com os fatos, isto é, com os objetos de sua pesquisa. Sujeito e objeto são, pois, elementos distintos no processo de investigação.

Na divisão social do trabalho, ao pesquisador cabe a geração do conhecimento, e a outras esferas ou grupos, seu uso. Na produção do conhecimento, etapa essencial é a generalização, vale dizer, a extrapolação dos resultados para outras situações semelhantes, às quais os resultados se aplicam.

A orientação dada pelo positivismo lógico reforça um otimismo em torno do que se pode esperar da ciência para resolver os problemas do mundo. Veja-se, por ilustração, as teses de Durkheim e de Dewey. No entanto, o desenvolvimento da ciência tem coincidido com o agravamento de situações inaceitáveis como, por exemplo, a pseudocidadania. Decorre daí a impossibilidade de não lhe tecer críticas.

¹⁸ Ver Saint Simon. *De la Religion Saint-Simonienne*, 1830.

4.3 A crítica à ciência

A ciência tem sido endeusada na sociedade contemporânea, porque é espantosa a contribuição das ciências naturais e da tecnologia que delas resulta para a humanidade. Mas delas pode-se também dizer que trouxeram insegurança psicológica, capacidades produtivas concentradoras de riqueza e de poder em mãos de poucos, exaustão dos limitados recursos da natureza, degradação da qualidade política, porque se a ciência, em si, poderia não ser boa nem má, o uso que dela se tem feito para a exploração dos homens e para a destruição torna possível afirmar-se, com Mannheim, que um alto grau de desenvolvimento técnico pode corresponder a um insatisfatório desenvolvimento ético.¹⁹ Assim, se a ciência e a tecnologia, em si, poderiam não ser ideológicas, têm servido a ideologias que acabaram por provocar seu nascimento sob o signo da destruição.

Na linha dos críticos à ciência pode-se ressaltar Hirst, Cassirer, Rattner e outros.

Hirst não aceita que o conhecimento científico seja a totalidade do conhecimento, como pretendem os que o endeusam, nem que a racionalidade analítico-empírica seja a única possível.²⁰ Nessa linha, Cassirer procura demonstrar que há várias formas de conhecimento, apesar da unidade do que designa por "labor espiritual". O autor afirma serem essas formas caminhos distintos, com simbologia própria. Assim, a arte, a linguagem, o mito, a religião vivem em mundos de imagens particulares, de configurações simbólicas próprias, que constituem uma modalidade determinada de compreensão "espiritual" e um aspecto próprio do real. Se a ciência constitui uma entre variadas formas simbólicas, assevera Cassirer, não há motivo para reconhecer-lhe uma posição privilegiada em relação às outras.²¹

Para Rattner, o desenvolvimento científico e tecnológico permitiu o aumento da capacidade produtiva, mas direcionado para a concentração do poder e da riqueza nas mãos de poucos privilegiados, dentro das nações e entre elas.²²

Jerne afirma que a ciência não é capaz de resolver questões como o amor, a agressividade, a felicidade, ou, como assevera Demo, a ciência não pode resolver tudo. Pensar que a ciência é uma gazua mágica, capaz de abrir portas a todas as respostas, afirma Martins, é uma ilusão.²³

Para os cientistas reunidos no seminário *Transformação dos paradigmas científicos atuais e seus impactos sócio-econômicos*, levado a efeito em Itatiaia em maio deste ano, o conhecimento racional-científico já não é suficiente para, sozinho, explicar e movimentar o mundo. Discutiram, então, a emergência de uma

¹⁹ Ver Mannheim, Karl. *Men and society in an age of reconstruction*. New York, Harcourt, Brace & World, 1940.

²⁰ A posição de Paul H. Hirst está explicitada em *Educational Theory*, e que é uma resposta à crítica que lhe foi dirigida pelo positivista D. J. O'Connor. *Educational theor in the study of education*. London, J. W. Tribble, 1966. cap. 2.

²¹ Ver Ernest Cassirer. *Filosofia de las formas simbólicas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1971. v. 1.

²² Henrique Rattner faz uma crítica contundente às proclamações das virtudes da ciência e da tecnologia em planejamento da ciência para o desenvolvimento: Comentário crítico. *Educação e Sociedade*, São Paulo, 21(5):80-8, jan./abr. 1980.

²³ Niels Jerne é detentor do Prêmio Nobel de Medicina. Suas afirmações estão contidas na entrevista que concedeu à revista *Veja*, n. 873, 29 maio 1985. A posição de Pedro Demo pode ser encontrada em *Avaliação qualitativa III — dialética da qualidade*, op. cit. As críticas de Ivan Martins estão apresentadas na revista *Veja*, de 7 maio 1986, sob o título *A mistificação da ciência*.

nova visão, em que a intuição e o espírito têm tanta importância quanto a razão e a matéria, bem como redimensionaram questões relativas às leis imutáveis da natureza.

Segundo Fritjof Capra, físico austríaco radicado nos EUA e presente ao seminário, na perspectiva newtoniana as partículas materiais (o átomo) e as forças entre elas foram postas em movimento, por Deus, à semelhança de uma máquina governada por leis imutáveis. No entanto, assevera Capra, os físicos do século XX começaram a investigar o átomo e descobriram as partículas subatômicas, para concluir que há fenômenos inexplicáveis à luz da concepção clássica. Em outras palavras, há partículas que não repetem seu padrão de comportamento e só podem ser entendidas na interação com outras partículas. Para buscar compreender os segredos do átomo, físicos como ele se viram, então, na contingência de romper com a física de Newton e com o pensamento cartesiano — racional e analítico —, optando por outros caminhos.²⁴

Se a física, ideal das Ciências Naturais e, por extensão, das Ciências Sociais de orientação positivista, vem sendo questionada, questionamento menor não têm sofrido as Ciências Sociais.

4.4 As críticas às ciências sociais

Se a neutralidade científica não é mais admitida nem mesmo por adeptos da pesquisa clássica, seus pressupostos básicos ainda o são. Tais pressupostos colocam a ciência, como afirma Demo, na direção da qualidade formal, tanto mais praticável quanto mais se põe sobre bases quantitativas.²⁵ Embora a qualidade formal seja relevante, deve ser colocada na sua verdadeira dimensão. Ela não capta, por exemplo, a qualidade política, porque esta está situada no terreno do não-mensurável. Percebe as contradições como defeitos de raciocínio, porque a lógica formal trata apenas de uma parte da realidade. No entanto, a história da sociedade é essencialmente contraditória e está em permanente transformação, embora a realidade social apresente estruturas que, afinal, são o que permite reconhecer tal ou qual fenômeno, a despeito do tempo e do espaço.

Dentre os críticos mais consistentes das Ciências Sociais, pode-se destacar Horkheimer, Habermas, Radnitzy, entre outros. Embora possam divergir em algumas premissas, tais autores têm em comum a visão de que o homem é um ser de dimensão histórica, que vive uma realidade dialética. A dimensão histórica garante ao homem a possibilidade de negação e superação da realidade, transformando-a e, ao mesmo tempo, transformando-se. Assim, o objetivo da ciência não pode limitar-se a explicar os fenômenos através de teorias, mas buscar em tais explicações o caminho para as transformações, o que implica grandes esforços e iniciativas de cunho político.

Horkheimer propõe uma teoria crítica em que o investigador não escamoteie seus valores e tenha um comprometimento político, até porque, afirma esse autor, não existe teoria da sociedade que exclua interesses políticos, não há reflexão

²⁴ O *Jornal do Brasil* divulgou o andamento do seminário realizado em Itatiaia, os pressupostos, questionamentos e investigações dos cientistas e filósofos ali reunidos. O pronunciamento de Capra pode ser lido no *Jornal do Brasil*, 10 maio 1987, p. 18.

²⁵ Ver Demo, Pedro. *Avaliação qualitativa IV — sobre educação transformadora*. op. cit.

neutra, conduzindo a decisões e ações na atividade histórica concreta. Ademais, as contradições teóricas fazem parte da práxis social e com ela mantêm relações.²⁶

Habermas propõe uma teoria dialética, rejeitando o conceito restritivo de lei e admitindo a dependência dos fenômenos particulares em relação à totalidade do social. Tal teoria não se vê compelida a desobrigar-se de formulações cujo controle metodológico não seja possível.²⁷

Radnitzky reforça as posições de Horkheimer e Habermas, para afirmar que ciência, homem e sociedade formam um só sistema, não havendo razão para a ciência considerar-se autônoma. Ao propor o método hermenêutico-dialético para a investigação do mundo social, assevera que os produtos da pesquisa devem ser avaliados em termos de sua relevância para práxis política e social. O método proposto integra teoria e prática.²⁸ Ao analisar o método dialético, Konder assevera que tal método não se contrapõe à lógica formal, mas vai além dela, ocupando espaços que ela não consegue ocupar.²⁹

Para Demo, as Ciências Sociais têm enfatizado os instrumentos, o “como”, a qualidade formal, descurando-se dos conteúdos, do “o que”, da qualidade política. Ademais, praticam ideologias sob o manto da objetividade, fabricando instrumentos para o controle social e não sendo de utilidade prática para “os desiguais”. O autor ressalta, contudo, que a qualidade formal não é inferior à qualidade política e ambas são mutuamente necessárias; mas cada uma tem a sua dimensão.³⁰

O que esses estudiosos enfatizam é que a realidade social é a história do homem e, como tal, sua prática social, onde se realiza o que Demo designa por qualidade política. Desta forma, tal qualidade deverá incorporar teoria e prática e não poderá, evidentemente, escamotear a ideologia, inevitavelmente intrínseca à prática. Ainda: se as Ciências Sociais têm-se ocupado da qualidade formal, referida aos métodos e instrumentos, devem também ocupar-se da qualidade política, referida aos conteúdos mais significativos da vida humana.

Habermas e os demais filósofos da Escola de Frankfurt, no entanto, têm sido criticados por não integrarem sua teoria à sua prática. Em contraste, por exemplo, ao trabalho de Gramsci, teórico e prático, eles tenderam a ser teóricos e a Escola tem-se movido, crescentemente, em direção à crítica intelectual e filosófica, mais do que à prática transformadora. Se, por um lado, pode ser decepcionante a defasagem entre o discurso e a ação por parte de tais filósofos, por outro não se lhes pode negar o mérito de terem produzido talvez a mais consistente teoria que põe a nu os interesses, as motivações e as conseqüências das Ciências

²⁶ Ver Horkheimer, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p. 117-54. (Coleção Os Pensadores.)

²⁷ Como Horkheimer, Jürgen Habermas pertence à chamada Escola de Frankfurt e é, talvez, o seu mais notável representante. A obra aqui referida é *Teoria analítica da ciência e dialética*. *Os Pensadores*, op. cit. No entanto, seu pensamento está divulgado também em outras obras relevantes, tais como: *Connaissance et intérêt*. In: *La technique et la science comme "idéologie"*. Gallimard, 1963; *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; *Theory and practice*. Boston, Massachusetts, Beacon Press, 1973.

²⁸ Ver Gerard Radnitzky. *Escolas contemporâneas de metaciência*. Suécia, Scandinavian University Books, 1970. v. 2.

²⁹ Ver Konder, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985; A derrota da dialética. *Jornal do Brasil*, de 7 jun. 1987. p. 8.

³⁰ Demo, Pedro. *Mentira científica — satirizando as ciências sociais*. s.d. mimeogr.

Sociais de orientação positivista. Se tal teoria acabou por provocar a geração de um arsenal de cientistas pseudotransformadores, porque sem prática transformadora, não se pode negar que a teoria da Escola de Frankfurt tem servido não só para pressionar a pesquisa clássica a assumir novos contornos e conteúdos, com o para justificar, politicamente, alternativas a ela. Como a pesquisa participante.

4.5 O conteúdo da pesquisa participante

No centro das preocupações da pesquisa participante está o efeito do conhecimento científico e quem dele se beneficiará. Em outras palavras, a pesquisa busca a teoria que possa explicar passado e presente e integrá-la à prática, com vistas a melhores condições de vida para os que são desigualmente tratados. Se assim é, o problema a pesquisar tem sua origem nas situações concretas que dada comunidade deseja estudar e resolver. Seu fundamento é, pois, a integração teoria/prática, cuja qualidade dialética está em que são mutuamente necessárias e se repelem.

Sua lógica é qualitativa, embora não despreze dados quantificáveis; sua arena é política, embora possa incorporar a técnica; seu método é o desvelamento das relações, contradições, conflitos, desigualdades, tendências impositivas, ideologias. Seu modo de existência é a participação dos envolvidos no problema, já não mais percebidos como objeto. O diagnóstico da situação, a execução da investigação e os resultados que alcança são colocados em discussão, na busca da geração de conhecimento, através da análise e da síntese coletivas. Não promove a generalização dos resultados, mas o conhecimento gerado permite que outras práticas dele se valham. Criticamente.

As modificações alcançadas e as reações dos participantes são introduzidas no processo de pesquisa, cuja ênfase é a vivência comunitária. Desta forma, é seu objetivo integrar a investigação social, o trabalho educacional (via participação crítica na tarefa de desvendar a realidade social) e a intervenção na realidade, como uma outra forma de poder. A ação se dirige para o estudo de um problema específico, concreto, que um grupo social tem o desejo de solucionar, como um direito de cidadania.

Mas a pesquisa participante tem seus limites. Só se aplica ao espaço social no qual haja a dimensão política, vale dizer, aquilo que o homem faz e o que sofre. Ademais, tal pesquisa tem seus riscos enquanto prática. Se há ausência total de pesquisadores intelectuais, pode produzir um espontaneísmo improdutivo, na base do “achismo”; se há excesso de ingerência de tais pesquisadores, pode produzir a introjeção de ideologias nas comunidades envolvidas, que não necessariamente lhes pertencem. Em ambos os casos o cenário é o de pobreza política.

A pesquisa participante, alternativa à pesquisa clássica, é algo relativamente novo. E porque está apenas engatinhando, tem muito a aprender. Pode-se afirmar, por exemplo, que — para usar a expressão de Lenin — tem curvado a “vara” demasiadamente para o lado oposto ao das formas e conteúdos clássicos. Decorre daí que, em nome da dimensão qualitativa, muitos investigadores sociais simplesmente abominem a estatística e todos os dados passíveis de mensuração quantitativa, desprezem a lógica formal, abandonem a teoria e se percam em um emaranhado de vulgaridades.

4.6 Pesquisa participante e cidadania

Se, por um lado, a pesquisa participante tem limites e riscos, sua proposta, no entanto, tem contribuído para um repensar do cientista social, conducente à revisão de sua prática. Tal revisão inclui o abandono do imaginar-se neutro e o engajamento crítico no processo de pesquisa, assumindo o compromisso de convergir seus esforços para conteúdos relevantes para a democracia. Inclui o entendimento de que, embora a lógica formal seja importante, os conteúdos não podem ocupar posição secundária em relação ao controle metodológico; ideologias não devem ser escamoteadas. Inclui a compreensão de que a realidade assume significados, representações diferentes de pessoa para pessoa e de classe social para classe social; logo, outros grupos que não o do cientista social também têm história, sabedoria e cultura própria, e tudo isso deve ser considerado na investigação científica. Inclui a aceitação de que ciência não é dogma; logo, é discutível. E não somente pela “comunidade científica”.

Se — vale repetir — a pesquisa participante oferece limites e riscos, não se pode deixar de considerar que, adequadamente processada, oferece também contribuições ao exercício da cidadania, na medida em que busca o comparecimento das pessoas à arena política, como participantes criticamente conscientes de sua prática. Tais participantes reúnem-se em torno de um problema que os atinge; organizam-se, o que implica direitos e deveres; expressam suas representações acerca do problema; buscam gerar conhecimentos pela análise crítica coletiva dessas representações, à luz da teoria; redefinem o problema, se for o caso; partilham decisões e ações. Se eticamente processados, eis aí ingredientes de qualidade política.

Em resumo, há a possibilidade de construir-se amadorismos, manipulações, devaneios, ativismo cego, vale dizer, pobreza política. Mas há também a possibilidade de construir-se a participação com qualidade positiva. Há a possibilidade de construir-se a cidadania.

5. *A guisa de conclusão*

Tendo como ponto focal a construção da cidadania, este artigo teve a intenção de analisar a contribuição dos movimentos sociais urbanos e da pesquisa participante para tal construção. Partiu-se do ponto de vista de que, embora a educação processada nas escolas seja uma instrumentação fundamental ao exercício da cidadania, esta pode ser construída em múltiplos espaços e de muitos modos.

Na segunda seção procurou-se apresentar algumas reflexões sobre poder, poder do Estado, poder da sociedade civil, exercício da cidadania, bem como indicar alguns sinais de mudança na arena política brasileira. Dois conceitos básicos, apropriados de Pedro Demo, balizaram o trabalho: o de pobreza política e o de qualidade política.

A terceira seção ocupou-se em tecer considerações a respeito dos partidos políticos, da origem dos movimentos sociais urbanos, da organização desses movimentos e de sua eficácia na construção da cidadania. Procurou-se demonstrar que, para muitos, tais movimentos vêm sendo alternativos à representação da sociedade via partidos políticos.

Na quarta seção buscou-se analisar o positivismo lógico, apresentar críticas à ciência — em particular às Ciências Sociais que vêm sendo formuladas — bem como analisar a pesquisa participante e sua contribuição à construção da

cidadania. A análise tentar demonstrar que tal investigação pode ser uma alternativa à pesquisa clássica, onde haja a dimensão política.

Se o artigo apresenta incorreções, não se as pode atribuir às fontes teóricas em que se baseou; antes, à qualidade política da autora, forjada, como a de milhões de brasileiros, numa arena de pobreza política. Pensa-se, no entanto, que vale o esforço, como o de tantos brasileiros, em buscar contribuir, com reflexões discutíveis, para uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual a cidadania não seja mera expressão teórica, mas a prática cotidiana dos que sofrem e fazem a história.

Summary

The logic of the power and the building of the citizenship are the focal points of this article. The contribution of both the urban social movements and the participative researchs are analysed in this process. The analysis shows the last ones as alternatives to the political parties and to the research oriented to positivism; concluding that, in spite of the limitations, there are also considerable possibilities of contribution from the urban social movements and the participative research to the construction of citizenship.

Renove sua



Nas livrarias da FGV:
Rio - Praia de Botafogo, 188
Av. Presidente Wilson, 228-A
São Paulo - Av. Nove de Julho, 2029
Brasília - CLS 104, Bloco A, loja 37

assinatura a tempo